

A CARA DO MORRO:

Um olhar sobre a imagem e identidade da autoconstrução no Taquaral, Ouro Preto-MG

Gustavo Mello Martins Machado

Universidade Federal da Bahia (UFBA) | gustavommartinsm@gmail.com

Julia Ishicava

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) | julia.ishicava@aluno.ufop.edu.br

EIXO TEMÁTICO: (5) Projeto, tradição e contemporaneidade

Resumo: O A paisagem urbana de Ouro Preto é atravessada por camadas de transformação, revelando nas áreas periféricas uma produção arquitetônica que escapa ao olhar frequentemente voltado ao centro histórico. Nas bordas urbanas, a população constrói formas próprias de habitar, muitas vezes inspiradas em referências vernaculares, mas adaptadas às condições materiais, sociais e culturais do presente. Essa realidade configura um espaço de experimentação no qual se combinam binômios como memória e inovação, tradição e improviso, e que resultam em uma “autoconstrução” — isto é, uma expressão própria e vernacular da produção arquitetônica — que ora se afasta de padronizações rígidas e produz linguagens singulares, ora se aproxima do imaginário da cidade-patrimônio. Este artigo propõe investigar esse fenômeno a partir de um levantamento de campo sistemático, voltado à identificação e interpretação dos padrões construtivos mais recorrentes e das estratégias que os moradores utilizam para traduzir referências históricas em soluções populares contemporâneas, utilizando o bairro Taquaral como caso-referência. O processo analítico envolve a observação in loco, a documentação e o contraste entre a materialidade construída e os discursos normativos oficiais. Nesse sentido, especial atenção é dada às normativas do IPHAN e da Prefeitura Municipal, que delimitam regras de preservação para áreas periféricas e estabelecem parâmetros muitas vezes distantes da prática cotidiana. A questão basilar é: como a autoconstrução periférica em Ouro Preto reproduz, adapta e/ou reinventa elementos vernaculares em diálogo e/ou em confronto com as normas oficiais de preservação? Ao explorar essa tensão, busca-se compreender não apenas os limites da ação institucional, mas também as potencialidades criativas que emergem da prática popular, apontando para novas formas de entender a preservação em contextos urbanos dinâmicos. O trabalho pretende, assim, contribuir para a reflexão sobre como o encontro entre tradição e contemporaneidade pode ser interpretado como processo vivo e plural, revelando outras possibilidades de valorização do patrimônio cultural.

Palavras-chave: Autoconstrução; Ouro Preto; Bairro Taquaral.

THE FACE OF THE HILL: A LOOK AT THE IMAGE AND IDENTITY OF SELFCONSTRUCTION IN TAQUARAL, OURO PRETO-MG

Abstract: The urban landscape of Ouro Preto is shaped by layers of transformation, revealing in its peripheral areas an architectural production that escapes the gaze often focused on the historic center. In these urban edges, residents build their own ways of inhabiting, often inspired by vernacular references but adapted to current material, social, and cultural conditions. This context forms a space of experimentation where pairs such as memory and innovation, tradition and improvisation combine, resulting in “self-construction” — a vernacular expression of architectural production — that sometimes departs from rigid standards to create singular languages, and at other times aligns with the imagery of the heritage city. This article investigates this phenomenon through a systematic field survey aimed at identifying recurring construction patterns and the strategies residents use to translate historical references into contemporary popular solutions, using the Taquaral neighborhood as a case study. The analytical process involves in situ observation, documentation, and comparison between built materiality and official normative discourses. Special attention is given to regulations from IPHAN and the Municipal Government, which define preservation rules for peripheral areas and often establish parameters distant from everyday practices. The central question is: how does peripheral self-construction in Ouro Preto reproduce, adapt, or reinvent vernacular elements in dialogue or tension with official preservation norms? By exploring this tension, the study seeks to understand both institutional limits and the creative potential emerging from popular practices, pointing to new ways of understanding preservation in dynamic urban contexts. It thus contributes to reflections on how the encounter between tradition and contemporaneity can be seen as a living, plural process, revealing alternative ways of valuing cultural heritage.

Keywords: Self-construction; Ouro Preto; Taquaral neighborhood.

LA CARA DEL MORRO: UNA MIRADA SOBRE LA IMAGEN E IDENTIDAD DE LA AUTOCONSTRUCCIÓN EN EL TAQUARAL, OURO PRETO-MG

2

Resumen: El paisaje urbano de Ouro Preto está atravesado por capas de transformación, revelando en sus áreas periféricas una producción arquitectónica que escapa a la mirada frecuentemente dirigida al centro histórico. En las periferias urbanas, la población construye formas propias de habitar, muchas veces inspiradas en referencias vernáculos, pero adaptadas a las condiciones materiales, sociales y culturales del presente. Esta realidad configura un espacio de experimentación en el cual se combinan binomios como memoria e innovación, tradición e improvisación, y que resultan en una 'autoconstrucción' —es decir, una expresión propia y vernácula de la producción arquitectónica— que ora se aleja de estandarizaciones rígidas y produce lenguajes singulares, ora se aproxima al imaginario de la ciudad-patrimonio. Este artículo propone investigar este fenómeno a partir de un levantamiento de campo sistemático, orientado a la identificación e interpretación de los patrones constructivos más recurrentes y de las estrategias que los habitantes utilizan para traducir referencias históricas en soluciones populares contemporáneas, utilizando el barrio Taquaral como caso de referencia. El proceso analítico involucra la observación in loco, la documentación y el contraste entre la materialidad construida y los discursos normativos oficiales. En este sentido, se presta especial atención a las normativas del IPHAN y de la Alcaldía Municipal, que delimitan reglas de preservación para áreas periféricas y establecen parámetros muchas veces distantes de la práctica cotidiana. La cuestión básica es: ¿cómo la autoconstrucción periférica en Ouro Preto reproduce, adapta y/o reinventa elementos vernáculos en diálogo y/o en confrontación con las normas oficiales de preservación? Al explorar esta tensión, se busca comprender no solo los límites de la acción institucional, sino también las potencialidades creativas que emergen de la práctica popular, señalando nuevas formas de entender la preservación en contextos urbanos dinámicos. El trabajo pretende, así, contribuir a la reflexión sobre cómo el encuentro entre tradición y contemporaneidad puede ser interpretado como un proceso vivo y plural, revelando otras posibilidades de valoración del patrimonio cultural.

Palabras clave: Autoconstrucción; Ouro Preto; barrio Taquaral;

INTRODUÇÃO

Para compreender a produção arquitetônica contemporânea em Ouro Preto/MG é necessário, de antemão, destituí-la da imagem de “joia barroca”: pioneiramente consagrada como Monumento Nacional desde 1933 e inscrita na lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO, em 1980. Seu reconhecimento se deu por meio da seleção de determinados valores e atributos sob a ótica de uma cruzada pela busca de uma identidade brasileira. Em sintonia com os ideais modernistas da elite intelectual da Semana de Arte Moderna, o grupo de intelectuais liderados por Rodrigo Melo Franco de Andrade encontra a cidade de Ouro Preto, na década de 1920, em um contexto de esvaziamento econômico, político e demográfico. A transferência da capital do estado para a então recém construída Belo Horizonte/MG provocou uma sensação de estagnação na antiga sede capitaneada pela evasão da classe política.

Atualmente, a cidade parece operar sob uma dualidade estruturante que permeia toda discussão proposta neste trabalho sob a ótica da arquitetura vernacular. A cidade idealizada pelas normativas de preservação se encontra em constante tensão com a cidade real, vivida e dinâmica (Simão, 2016), onde os desafios de ocupar um território de topografia acidentada tornam-se cada vez mais complexos em face das mudanças climáticas. A partir disso, a necessidade de adaptação de uma cultura técnica e estética demonstra a potência plural das soluções de autoconstruções.

Nesse contexto, a gestão do território é mediada por instrumentos normativos, com destaque para a Portaria nº 312 do IPHAN, de 2010. Este documento estabelece os critérios de intervenção na área tombada e em sua vizinhança, desenhando diferentes zonas urbanas que variam alguns parâmetros, buscando adequar-se às realidades plurais do território (IPHAN, 2010). Contudo, ao lançar um olhar crítico sobre essas diretrizes, questiona-se aqui: como a norma vigente dialoga (ou não) com as franjas da cidade, encostas tão históricas quanto o caminho-tronco?¹

Não se trata, aqui, de classificar essas franjas urbanas meramente sob a ótica da informalidade, pelo contrário - propõe-se entender essas ocupações como laboratórios de uma autoconstrução, por muitas vezes não feita por arquitetos. Nessas áreas, a população dialoga com a tradição construtiva, adaptando à urgência da moradia. A autoconstrução, aqui compreendida como prática vernacular na concepção de algo que mimetiza a morfologia da cidade histórica, mas o faz em territórios de risco.

Como recorte empírico desta tensão, este trabalho volta-se para o bairro Taquaral como caso-referência, uma escolha não aleatória: situado dentro do perímetro de

¹ O termo refere-se ao que Vasconcellos (1989) identificou como modo de articulação de formadora da antiga Vila Rica a partir da interligação entre arraiais mineradores que ocupavam a topografia característica da região, em um arranjo relativamente linear, donde cada arraial teve seu crescimento radial a ponto de formarem a atual cidade de Ouro Preto/MG.

tombamento federal, insere-se dentro da vigilância patrimonial, ao passo que é marcado por vulnerabilidades geológicas, sendo um dos bairros mais afetados pelas intensas chuvas de 2022, conforme denunciado por Luz (2024), resultando na remoção preventiva de dezenas de famílias. O Taquaral materializa, portanto, o paradoxo urbano ouropretano. Ele é, simultaneamente, paisagem protegida e zona de risco; é o lugar onde a memória vernacular da autoconstrução persiste à margem dos manuais de restauro.

ENTRE A NORMA E O COMUM

A Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010 do IPHAN, estabelece as medidas e normas fundamentais para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto, regulamentando as intervenções nessa área protegida em nível federal. O documento organiza o território do sítio tombado através de uma setorização que define zonas com diretrizes específicas – como as Áreas de Preservação Especial (APE), Áreas de Preservação (AP) e Áreas de Preservação Ambiental e Arqueológica (APARQ) – visando adequar as regras de ocupação urbana e construção às características de cada contexto espacial (IPHAN, 2010). O objetivo central é velar pela integridade, visibilidade e ambiência do patrimônio, garantindo, dessa forma, a manutenção de seus valores históricos, artísticos e paisagísticos.

A Área de Preservação 01 (AP-01), identificada como Serra de Ouro Preto, compreende zonas de urbanização antiga situadas em cotas elevadas, geralmente acima da curva de nível de 1.200 metros, abrangendo os morros de Santana, São João, Piedade, Queimada, São Cristóvão, São Sebastião, São Francisco e Taquaral. Por estar localizada nas encostas da serra, esta área possui uma presença visual marcante quando observada a partir do núcleo histórico (APE-01), o que exige que as intervenções mantenham baixo impacto visual e respeitem a topografia, onde edificações de grande porte são desestimuladas. Como ressalva, apenas o entorno da Capela do Bom Jesus das Flores do Taquaral (bem tombado individualmente a nível federal) qualifica seu entorno como APE 02.

No âmbito do poder municipal, o Plano Diretor² estabelece a subdivisão das áreas urbanas em parcelas de diferentes categorias, dentre elas, a Zona de Adensamento Restrito - ZAR (onde há o controle do adensamento por suas características desfavoráveis ao mesmo) e as Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS, que se sobrepõem aos demais zoneamentos, modificando seus parâmetros. Nesse contexto, a territorialidade do presente estudo foi organizada pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de Ouro Preto³ como inserida dentro da ZAR 3, congruente à APE 02 do IPHAN (entorno

² As legislações urbanas de Ouro Preto atualmente se encontram em processo de revisão.

³ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO. LEI COMPLEMENTAR Nº 93 DE 20 DE JANEIRO DE 2011: Estabelece normas e condições para o parcelamento, a ocupação e o uso do solo urbano no Município de Ouro Preto. Ouro Preto, 2011.

da Capela de Bom Jesus), onde há o desejo de não interferir na paisagem tombada; na ZAR 2, contíguo ao AP-01, caracterizados pelo risco geológico e tendência à ocupação residencial unifamiliar; e a ZEIS 1, sobreposta integralmente à ZAR 3 e parcialmente à ZAR 2, definidas como “áreas ocupadas por habitações em condições precárias ou com predominância de loteamentos precários ou irregulares” (Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 2011, p.5). Há diversas similaridades entre a Portaria nº 312 (2010) e as legislações municipais (2006; 2011), portanto por uma hierarquia de leis, serão apresentadas pormenorizadamente as diretrizes relativas ao IPHAN. Dentre os parâmetros especificamente sobre o Taquaral (e toda AP-01 e AP-02) e o que se refere às implantações e fachadas, a Portaria (2010) foi sintetizada na figura do que optamos por chamar de “Fachada Normativa”, conforme a figura 01 a seguir:

Figura 1: Fachada normativa de acordo com a Portaria do IPHAN



Exemplares de fachadas da APE-02 e APE-01, junto a linhas de chamada que demonstram os aspectos das normativas que foram respeitados.

Fonte: os autores (2025).

Com base nisso, a “Fachada Normativa” e o Quadro 1 (a seguir) apresentam ilustrativa e sistematicamente os principais aspectos do que é solicitado para as referidas áreas de preservação. Com o Quadro 1, é possível observar que existem poucas diferenças entre as diretrizes incidentes sobre as duas áreas. Essa homogeneidade nas diretrizes, embora sejam uma busca por simplificar o controle urbano, negligenciam vulnerabilidades habitacionais do sítio, frente seu contexto de riscos geológicos. Para além da forma e do uso, a ocupação nessas áreas de preservação apresenta condicionantes técnicas bastante desafiadoras.

Tabela 1: comparativo de diretrizes federais incidentes sobre as áreas AP-01 e APe-02

	AP-01	APe-02
Telhado cerâmico com inclinação entre 25% e 40% com inclinação entre 25% e 40%, cumeeira paralela à rua e pano principal voltado para o arruamento	x	x
Terraços superiores vetados	x	x
Fachadas rebocadas e pintadas em cores claras	x	x
Aberturas verticalizadas	x	
Aberturas dispostas com ritmo de cheios e vazios	x	x
Gabarito de até 12 metros e 3 pavimentos	x	
Gabarito máximo com relação à altura da capela Bom Jesus das Flores do taquaral		x
Implantação seguindo o alinhamento predial	x	x
Esquadrias em madeira		x
Desestímulo à arquitetura de grande porte	x	x
Muros laterais de até 2,10m de altura com tratamento a ser indicado pelo Iphan	x	x
Esquadrias em cores fortes, foscas	x	x

Fonte: os autores (2025).

Nessa mesma seara, outro ponto que deve ser levado em consideração na área em comento é o alto teor de risco para deslizamento de terra, em virtude da formação geológica do terreno. Conforme o Mapa de Risco a Escorregamentos (Fontes, 2011) e o Mapa de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa (Xavier, 2018), a área apresenta riscos que variam entre níveis intermediários e graves e, em 2022, o grande acumulado de chuvas do verão causou acidentes críticos (G1, 2022) e, em 2012, 200 pessoas precisaram ser removidas de 46 imóveis no bairro (Estado de Minas, 2022). O conjunto de eventos e sua proximidade demonstram que a área possui propensão preocupante para movimento gravitacional de terra e por isso constitui como sendo uma ameaça para as famílias que ocupam a área.

6

Figura 2: Montagem que apresenta os deslizamentos no bairro



Fonte: G1 (2022); Estado de Minas (2022).

Essa vulnerabilidade é agravada pela crise climática contemporânea, que impõe uma tensão crescente sobre o território devido à maior frequência e intensidade de eventos extremos, considerando-se o racismo ambiental. Tal complexidade exige que o planejamento urbano integre estratégias capazes de responder à imprevisibilidade dos novos padrões pluviométricos que ameaçam a segurança habitacional.

Diante desse panorama que apresentou as principais tensões decorrentes das tensões entre as diretrizes normativas oficiais e dos riscos ambientais que essa ocupação urbana enfrenta, o conceito de “autoconstrução” é fundante para a percepção de como essa ocupação se dá no espaço. Nesse sentido, o arquiteto e pesquisador Werther Sá (2009) leva em consideração o protagonismo dos moradores locais que, entendendo as limitações técnicas e orçamentárias, desenvolvem uma resposta inovadora que busca adequar à realidade do território, através da gestão de todo o processo que envolve a construção de um imóvel: compra de materiais, contratação de mão de obra, muitas das vezes de origem local, ou assumindo a própria execução⁴. Segundo o autor, as experiências de autoconstrução se desenvolvem de maneira “espontânea e pulverizada no espaço urbano, sem vinculação direta com processos de organização social e política intencional”, ou seja, sem a participação do agente público tanto pela fiscalização, como por financiamentos ou programas de moradia popular. Essa prática é gerenciada por moradores ou futuros moradores que

possuem alguma capacidade para responder as suas necessidades de moradia, promovendo obras com seus próprios recursos financeiros, técnicos e humanos, nas áreas livres dos lotes da cidade informal, sobre as lajes de casas, ou nos terrenos ainda desocupados dos assentamentos populares ou nos seus entornos (Sá, 2009, p. 26).

Sant’anna (2014) identifica que, no tocante dos estudos relativos à arquitetura popular, diversos teóricos apresentaram pontos de vistas que ora se coadunam, ora se contradizem e que, mas que compreendem o tema sendo principalmente um fenômeno social e cultural. Ainda, mais que uma definição terminológica para o campo em questão⁵, a autora defende um aprofundamento nas pesquisas e na formação do curso de arquitetura e urbanismo — ainda bastante “lacunar”. Acima de tudo, a autora aponta para a direção de uma apreensão multidisciplinar da área, como forma de compreender a produção arquitetônica popular indissociavelmente dos contextos socioeconômicos, mas também político e cultural, permeado pelos saberes tradicionais dos modos de ocupar.

Conforme já debatido, essa realidade se dá em termos práticos como a legislação urbanística e patrimonial e os desafios de ocupação de encostas. Além disso, autoconstrução não está dissociada do meio em que é desenvolvida e, na área em estudo, é possível verificar elementos que se repetem tanto do núcleo cultural de Ouro Preto, como de elementos tipológicos populares, quase como numa perspectiva

⁴ O autor (Sá, 2009) identifica que os “mutirões autogeridos”, conforme trabalhado por Maricato (1982), não se diferem, mas estão incluídos nessa perspectiva da “autoconstrução” defendida em seu texto.

⁵ Ao longo do texto (2014), a autora apresenta uma revisão bibliográfica sobre o tema da arquitetura popular e demonstra as diversas variações conceituais trabalhadas por autores como Paola Berenstein, Oliver, Enrico Guidoni e Weimer, sentidos e contrassentidos das ideias por trás de termos como “vernáculo”, “linguagem construtiva”, “arquitetura do território”, “primitiva”, “popular” e até mesmo “neovernacular”.

antropofágica trabalhada pelo autor Lauro Cavalcanti (1979 apud Sant'Anna, 2014). Essas diferenças e conformidades serão melhor identificadas mais a frente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente, optou-se pelo recorte da Rua Presidente João Goulart por corresponder à via de maior densidade de implantação do Taquaral, situado na base da Serra de Ouro Preto, entre dois bens tombados isoladamente pelo IPHAN, o Chafariz das Águas Férreas⁶ e a Capela do Bom Jesus das Flores⁷. Salvo o entorno imediato de tal capela, toda a área insere-se dentro da AP-01, estando, portanto, sob a regência dos mesmos parâmetros normativos (IPHAN, 2010), e morfologicamente bastante linear, propiciando uma análise correlata a de face de quadra – apesar de suas eventuais descontinuidades.

A partir do território delimitado, esta pesquisa parte de um levantamento de campo, onde, para além do registro fotográfico de todas as fachadas das edificações, os autores adotaram uma postura ativa para observar eventuais padrões construtivos sobre elementos compositivos da arquitetura local, sendo eles a cobertura, as soluções de fachada e de aberturas e embasamento. Em outras palavras, o exercício de presença no espaço foi nosso método de estudo, delimitando a partir dos dois supracitados marcos patrimonializados (o chafariz e a capela) e do recorte territorial, estabelecendo as próprias edificações como unidade básica de estudo (Lynch, 2018). Durante a sistematização dos dados, buscando cruzar informações da espacialidade, foi adotada a abordagem da cartografia por meio de geoprocessamento, que propicia uma multiplicidade de análises e a percepção quali-quantitativa do que foi levantado. Assim, a observação de padrões na paisagem pode ser tratada como dado espacial.

O BAIRRO TAQUARAL

A compreensão do Bairro Taquaral exige, primeiramente, um olhar sobre a gênese urbana de Ouro Preto: diferente das cidades planejadas ou de traçado regular, a antiga Vila Rica foi formada pela aglutinação de núcleos de povoamento dispersos – os arraiais de mineração. Conforme analisa Sylvio de Vasconcellos (1989), a urbanização da cidade não obedeceu a um plano prévio, mas sim à "geografia do ouro". As habitações e caminhos surgiam em função das lavras, adaptando-se à topografia acidentada em um desenho orgânico e espontâneo. A implantação do bairro do Taquaral parece seguir esse mesmo processo, com vias que ora acompanham a cota altimétrica, ora vencem uma dada altura.

⁶ Data:19-6-1950 Inscrição: 372-A N° Processo:0430-T

⁷ Data:8-9-1939 Inscrição: 253 N° Processo:0075-T-38

Localizado na porção oeste da cidade, o bairro não se desenvolveu como uma extensão planejada do centro administrativo (Praça Tiradentes), mas como uma ocupação satélite, vinculada aos caminhos de saída da cidade em direção a cidade de Mariana/MG e às atividades de mineração nas encostas da Serra de Ouro Preto (figura 3). A morfologia do bairro reflete o que Vasconcellos (1989) define como a "arquitetura do acaso": ruas sinuosas que negociam as curvas de nível, evitando grandes cortes de terra, típica da paisagem mineira setecentista.

Figura 3: Taquaral no contexto ouropretano.



O bairro Taquaral visto no distrito-sede de Ouro Preto, tendo a Praça Tiradentes e a Universidade Federal de Ouro Preto como referências.

Fonte: Base cadastral de Ouro Preto sob imagem de satélite do Google Earth, elaborado pelos autores (2026).

9

Historicamente, a estruturação do bairro orbitou em torno de seu principal marco religioso e social: a Capela do Bom Jesus das Flores do Taquaral. A presença da capela não apenas sacraliza o espaço, mas, segundo a tradição urbanística luso-brasileira, atua como um "nó" (Lynch, 2018), tendo à sua frente as ruínas de uma edificação civil. A edificação simples, mas de forte apelo comunitário, serve como referência visual e ponto de convergência e se insere no contexto das capelas primitivas que ocupam a serra de Ouro Preto, anteriores aos templos das irmandades mais centrais e de maior vulto.

O Bairro, conforme diagnosticado por Luz (2024), consolida-se não apenas como um "vetor de expansão" da classe trabalhadora que dá suporte ao centro histórico e turístico de Ouro Preto. O perfil socioeconômico é principalmente marcado por famílias de baixa renda que, excluídas do inflacionado mercado imobiliário da região central, recorrem à autoconstrução em terrenos de topografia severa. A autora (2017) destaca, ainda, que essa ocupação não é aleatória, mas fruto de uma segregação socioespacial onde a população mais vulnerável é empurrada para as áreas de "sobras" geológicas — antigas lavras e encostas instáveis — criando um cenário onde a precariedade da moradia é diretamente proporcional à necessidade de estar próximo aos postos de trabalho na sede do município.

Nesta seara, as chuvas de 2021/2022 levaram a desapropriação de 80 famílias no bairro (Luz, 2024), contexto a partir do qual o poder público municipal acelera a implementação do programa "Um Teto é Tudo". Fundamentadas tecnicamente no mapeamento de áreas de Risco Muito Alto (R4) estabelecido pelo Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) de 2023⁸, as ações de retirada deixaram o campo das promessas para ganhar tração executiva ao longo de 2024. Conforme registros oficiais da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SMDUH), o processo de "Desapropriação Amigável" foi operacionalizado, com a remoção indenizada de outros grupos familiares inseridos dentro da mancha de Risco R4 do bairro (figura 4).

Figura 4: Montagem que apresenta casas desapropriadas e movimentos geológicos no Taquaral



Exemplos de uma edificação abandonada, uma placa de interdição e um trecho viário que cedeu.

Fonte: elaborado pelos autores (2025).

10

A CARA DO TAQUARAL

Neste item, serão apresentadas as tendências arquitetônicas observadas na Rua Presidente João Goulart, recorte do presente trabalho, no bairro Taquaral. A análise (a partir do campo realizado em 07/11/2025) revelou um panorama heterogêneo, que pode ser sintetizado por meio de alguns padrões: acabamento com distinção de cores entre os panos de parede e as esquadrias, além da presença de múltiplas técnicas construtivas que utilizam desde alvenarias de pedra, especialmente em fundações, até madeira, estruturas metálicas e tijolos cerâmicos. É notável também o predomínio de edificações sem afastamento frontal, embora apresentem recorrentes afastamentos laterais, muitas vezes destinados ao acesso de outros lotes ou desmembramentos internos. Complementam essa paisagem a variância do ritmo e da forma das esquadrias entre os pavimentos, bem como a ocorrência de elementos que remetem ao estilo colonial, a exemplo das varandas em púlpito, mesmo diante da distância do local em relação às centralidades urbanas. Buscando apresentar aqui um resumo das

⁸ PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO (MG). Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) de Ouro Preto. Elaborado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ouro Preto: Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, 2023. Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/seguranca/pmrr>. Acesso em: 10 jan. 2026.

especializações realizadas, seguem-se alguns dos mapas elaborados (figuras 5, 6, 7 e 8):

Figura 5: mapa-síntese das soluções de cobertura identificadas

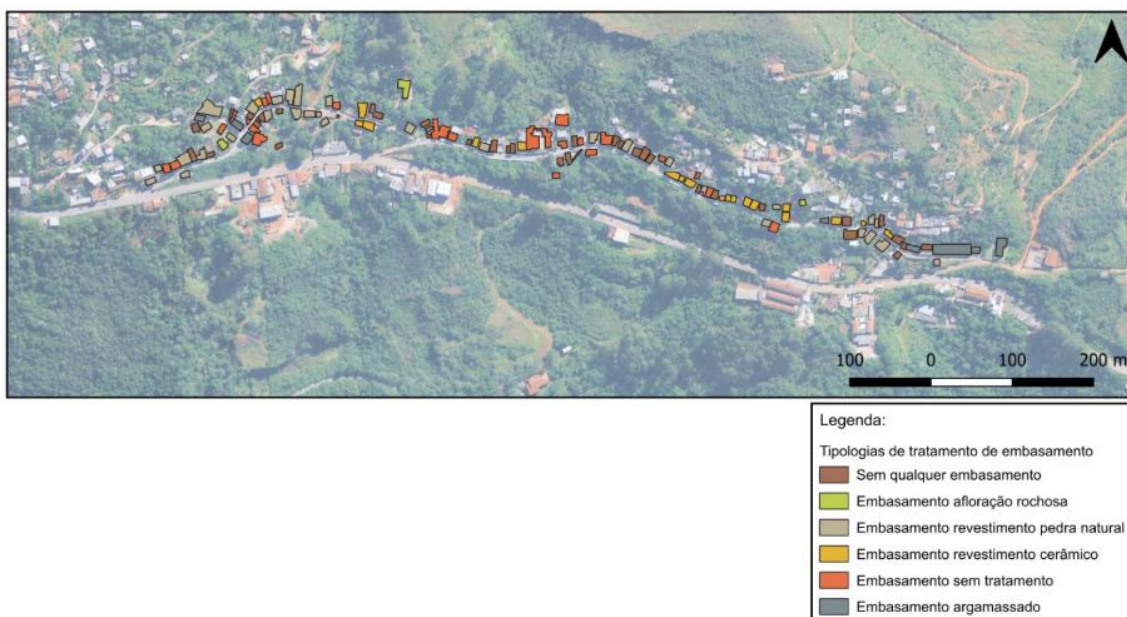


Fonte: os autores (2025).

Destacamos aqui a presença de lajes paulistas (proibidas pela legislação) com a solução de cobertura em telha cerâmica tipo capa e canal, que vão de encontro às diretrizes formais: um hibridismo de soluções arquitetônicas. Essa multiplicidade também leva a casas com caixas d'água aparente e outras não.

11

Figura 6: mapa-síntese dos tratamentos de embasamento



Fonte: os autores (2025).

A topografia acidentada favorece a ocorrência de embasamentos enquanto elemento arquitetônico, por vezes inclusive com a presença de porões úteis; em termos de

acabamento, quando existentes, variação entre a afloração rochosa (seja do solo-rochoso evidente ou da fundação em alvenaria de pedra), o uso de pedras naturais como revestimentos (principalmente a canga), a presença de azulejos (inclusive com padrões que imitam pedras; seria uma forma de assimilação da paisagem?) e os embasamentos argamassados.

Figura 7: Mapeamento das edificações em risco alto

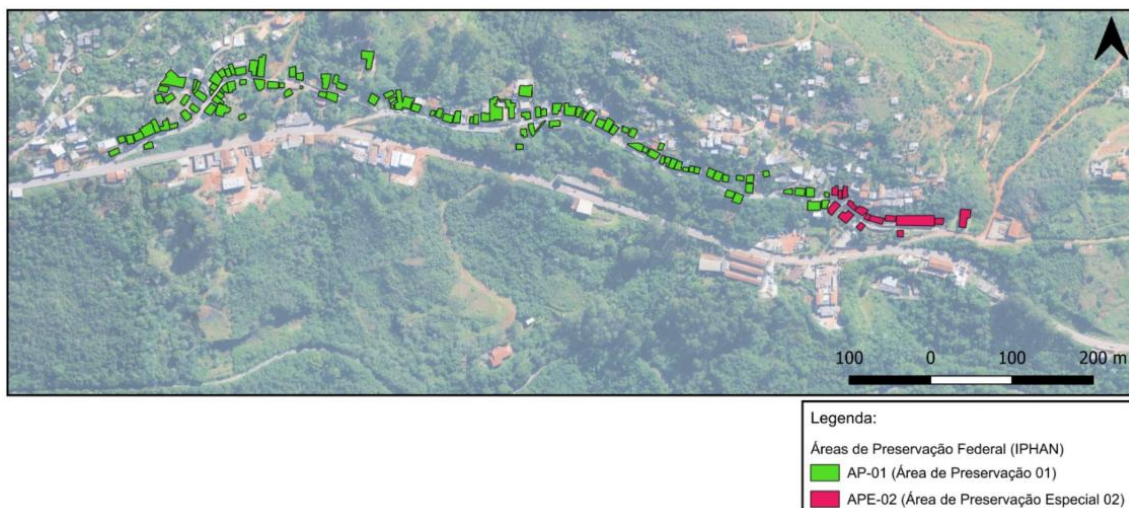


Fonte: os autores (2025).

Essa presença de edificações em alto risco foi feita com base na observação dos imóveis interditados, entretanto, é possível que haja mais imóveis em situações de risco alto e médio espalhadas pelo bairro.

12

Figura 8: Mapeamento dos imóveis conforme zoneamento do IPHAN



Fonte: os autores (2025).

Como síntese dessa leitura morfológica, o mapeamento realizado via ferramentas de geoprocessamento de dados espacializa a recorrência desses parâmetros, demonstrando que tais escolhas não são aleatórias, mas formam manchas homogêneas de tipologia dentro do bairro. A partir da repetição exaustiva desses elementos (a laje, a esquadrias marcadas, ausência de recuo, revestimento pétreo ou sua mimese, etc), é possível compor, através do conjunto de imagens abaixo (9) um

conjunto de soluções que demonstram parte dessa dialética da cultura construtiva que se desenvolve no Taquaral, em contraponto crítico à "Fachada Normativa" apresentada no primeiro capítulo: enquanto a norma idealiza uma cidade de afastamentos e estéticas controladas, o Taquaral materializa uma arquitetura de urgência, adaptação e aspiração simbólica.

Figura 9: Conjunto de fachadas do Taquaral



Fonte: os autores (2025)

É interessante comentar, também, sobre as dificuldades em categorizar habitações populares a partir dos elementos sob análise, pois é marcante o aspecto de inacabado em muitas edificações. Com isso, a diferenciação entre que é um terraço e o que é um piso superior em processo de construção, por exemplo, — mesmo em um longo período de tempo como dez anos — torna-se um desafio, ao mesmo tempo que apresenta o indício de que a visão normativa e categorizante tenta, sem pleno sucesso, incluir esses exemplos em uma imagem dicotômica. Essa realidade construtiva popular se mostra, dessa forma, e mais uma vez, em sua performance plural e dissidente — ainda que incorpore elementos arquitetônicos próprios da linguagem construtiva estimulada pelas normativas da cidade-documento como o telhado cerâmico, as paredes argamassadas e pintadas.

13

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade de Ouro Preto atrai olhares e suscita reflexões pelo campo da preservação do patrimônio cultural há mais ou menos um século. Nesse período, a cidade tem funcionado como um laboratório vivo onde as tensões das mudanças dos tempos: clima, comportamento socioeconômico e noção de patrimônio têm sido constantemente postas sob tensão. Esses conflitos potencializam novas perspectivas sobre os modos de habitar que são, como observamos durante esse trabalho, indissociáveis de conhecimentos prévios — sejam estas técnicas construtivas ou imagens consagradas sobre o que pode ser entendido como preservação cultural.

Guiados pela cronologia do reconhecimento patrimonial do sítio em que se insere o bairro-objeto de estudo, e pela relação dual entre a cidade da norma e do comum, as análises realizadas no bairro Taquaral revelaram que a autoconstrução, longe de ser um processo desordenado, constitui uma linguagem arquitetônica viva que negocia constantemente com as imposições do discurso oficial de patrimônio. Observou-se que as tendências estéticas na Rua Presidente João Goulart oscilam entre o mimetismo das formas coloniais e a afirmação de soluções contemporâneas, demonstrando que a população periférica de Ouro Preto não é mera espectadora das normas do IPHAN, mas agente ativa que adapta e reinventa o vocabulário vernacular. Essa produção evidencia que o sentido de pertencimento e a identidade local são construídos na prática cotidiana, muitas vezes à revelia de diretrizes que desconsideram as urgências materiais e as transformações sociais das bordas urbanas.

A partir da ótica de Lauro Cavalcanti (1979 apud Sant'Anna, 2014), há um processo de antropofagia desse tipo de arquitetura suburbana frente à "cultura de elite", assim como há nas vanguardas artísticas. Ou, ainda, como Santos (1979, Apud Sant'Anna, 2014) oferece a possibilidade de leitura, nas favelas do Rio de Janeiro/RJ, sobre o fenômeno de introdução de elementos característicos do morar de classes mais abastadas, como forma conferir status às suas habitações. A autoconstrução do Taquaral apresenta-se como múltipla e plural, dinâmica e criativa - frente ao conjunto de normativas dissidentes da realidade espacial do bairro; aqui, portanto, percebemos o deslocamento das regras oficiais como dissidentes, uma vez que a materialidade insistente.

14

REFERÊNCIAS

ESTADO DE MINAS. **Risco de deslizamentos assusta moradores de Ouro Preto.** Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/01/07/interna_gerais,1335988/risco-de-deslizamentos-assusta-moradores-de-ouro-preto.shtml. Acesso em: 17 jan. 2026.

FONTES, M. M. M. **Contribuição para o desenvolvimento da metodologia de análise, gestão e controle de riscos geotécnicos para a área urbana da cidade de Ouro Preto.** 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

G1. **Ouro Preto: cerca de 80 famílias são retiradas de casa devido a risco de novos deslizamentos.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2022/01/14/familias-sao-retiradas-de-casa-devido-a-risco-de-novos-deslizamentos-em-ouro-preto.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2026.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Portaria nº 312, de 20 de outubro de 2010.** Dispõe sobre os critérios para a preservação do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto em Minas Gerais. Brasília, DF: IPHAN, 2010.

LUZ, Maria Carla de Souza Viana da. **Um teto é tudo? Análise do acesso à moradia digna através do Programa 'Um teto é tudo' no bairro Taquaral, em Ouro Preto - MG.** Orientador: Rodrigo da Cunha Nogueira. 2024. 97 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MARICATO, Erminia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** Org.: Erminia Maricato. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982, p. 71-94.

RIBEIRO, Cláudio Rezende, SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Memória e direito à cidade: Políticas urbanas contemporâneas de Ouro Preto. In.: **Thésis**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 180-195, jul./dez. 2016

SANT'ANNA, Márcia de. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil: 1937-1990.** Salvador: Oiti, 2014.

SANT'ANNA, Márcia. Arquitetura Popular: espaços e saberes. In.: **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 40-63, 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/issue/view/761>. Acesso em: 17 fev. 2026

15

SÁ, Werther Lima Ferraz de. **Autoconstrução na cidade informal: relações com a política habitacional e formas de financiamento.** 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio.** Orientadora: Rosângela Lunardelli Cavallazzi. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Ouro Preto, 2016.

VASCONCELLOS, Sylvio. **Vila Rica.** São Paulo: Perspectiva, 1989.

XAVIER, Mateus Oliveira. **Mapeamento da suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa utilizando a análise estatística do valor informativo aplicada ao distrito sede da cidade histórica de Ouro Preto-MG.** 2018. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geotecnia) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2018.